

LIDIANA DOS SANTOS ALVES

LORENA COSTA SILVA

**PROCEDIMENTO DE AUDITORIA INTERNA APLICADO NO ESTOQUE EM UMA
EMPRESA DE RECAPAGEM DE PNEUS NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ – RO**

Ji-Paraná

2025

LIDIANA DOS SANTOS ALVES

LORENA COSTA SILVA

**PROCEDIMENTO DE AUDITORIA INTERNA APLICADO NO ESTOQUE EM UMA
EMPRESA DE RECAPAGEM DE PNEUS NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ – RO**

Artigo Científico apresentado ao Centro
Universitário Afya de Ji-Paraná, para
obtenção de grau na disciplina de Trabalho
de Conclusão de Curso em Ciências
Contábeis. Orientadora: Prof. Esp. Aleyce
Tayne De Oliveira Baquer.

Ji-Paraná

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

A474p

Alves, Lidiania dos Santos.

Procedimento de auditoria interna aplicado no estoque em uma empresa de recapagem de pneus no município de Ji-Paraná – RO. / Lidiania dos Santos Alves; Lorena Costa e Silva. – Ji-Paraná, 2025.

32 p.; il.

Artigo Científico (Curso de Ciências Contábeis) – Afya Centro Universitário de Ji-Paraná, 2025.

Orientador: Prof. Esp. Aleyce Tayne de Oliveira Baquer.

1. Auditoria Interna. 2. Controle de Estoques. 3. Contabilidade Gerencial. 4. Governança Corporativa. 5. Eficiência Operacional. I. Silva, Lorena Costa e. II. Baquer, Aleyce Tayne de Oliveira. III. Título.

CDU 657.6(811.1)

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Bibliotecário Giordani Nunes da Silva CRB 11/1125

AUDITORIA NO SETOR DE ESTOQUE: CASO EM UMA EMPRESA COMERCIAL DE RECAPAGEM DE PNEUS¹

Lidiana dos Santos Alves²

Lorena Costa e Silva³

RESUMO: A auditoria interna aplicada à gestão de estoques em uma empresa de recapagem de pneus teve como objetivo identificar deficiências e propor melhorias nos controles internos, assegurando a fidedignidade das informações contábeis e gerenciais. O estudo buscou verificar se os métodos e procedimentos adotados no controle de estoques são eficazes e suficientes para representar a realidade física e contábil da organização. A pesquisa justifica-se pela relevância da auditoria como instrumento de apoio à governança corporativa, contribuindo para a eficiência operacional e a tomada de decisões estratégicas. No tocante da metodologia aplicada, a pesquisa caracteriza-se como ciência social aplicada, de natureza exploratória e aplicada, com abordagem dedutiva, baseada em pesquisa bibliográfica e entrevistas com o gestor da empresa. Os resultados revelaram falhas significativas nos controles de estoque, como divergências entre os registros físicos e contábeis e erro na parametrização do sistema, que superestimava o consumo da cola cimento em 43%, elevando os custos de produção e distorcendo o lucro real.

Diante dessas constatações, foram propostas ações corretivas, como capacitação de colaboradores, revisão das configurações do sistema, realização de inventários periódicos e modernização dos controles internos. Os achados confirmam que a auditoria interna, quando estruturada de forma eficiente, contribui para o fortalecimento dos controles, a mitigação de riscos e a confiabilidade das informações contábeis, consolidando-se como instrumento essencial à governança e à eficiência organizacional.

Palavras-chave: Auditoria Interna – Controle de Estoques – Contabilidade Gerencial – Governança Corporativa – Eficiência Operacional

INVENTORY SECTOR AUDIT: A CASE STUDY IN A COMMERCIAL TIRE RETRREADING COMPANY

ABSTRACT: The internal audit applied to inventory management in a tire retreading company aimed to identify deficiencies and propose improvements in internal controls, ensuring the reliability of accounting and managerial information. The study sought to verify whether the methods and procedures adopted in inventory control are effective and sufficient to represent the company's physical and accounting reality. The research is justified by the relevance of auditing as an instrument that supports corporate governance, contributing to operational efficiency and strategic decision-making. Regarding the applied methodology, the research is classified as applied social science, exploratory and applied in nature, with a deductive approach, based on bibliographical research and interviews with the company's manager. The results revealed significant weaknesses in inventory controls, such as discrepancies between physical and accounting records and a system error that overestimated the consumption of cement glue by 43%, increasing production costs and distorting actual profit.

Based on these findings, corrective measures were proposed, including employee training, system configuration review, periodic inventories, and modernization of internal controls. The results confirm

¹ Artigo Científico apresentado no curso de graduação em Metodologia do Ensino Superior do Centro Universitário Afya Ji-Paraná 2025, como Pré-requisito para conclusão do curso de Ciências Contábeis, sob orientação da professora Especialista em Auditoria, Controladoria e Perícia Contábil, pelo Instituto de Graduação e Pós-graduação IPOG Docente no Centro Universitário Afya de Ji-paraná/RO, Email: aleyce.baquer@afya.com.br

² Lidiana dos Santos Alves, graduanda em Ciências Contábeis em Metodologia do Ensino Superior do Centro Universitário Afya Ji-Paraná, 2025. E-mail: lidysalves@gmail.com

³ Lorena Costa e Silva, graduanda em Ciências Contábeis em Metodologia do Ensino Superior do Centro Universitário Afya Ji-Paraná, 2025. E-mail: lorenacostajipa3@gmail.com

that internal auditing, when properly structured, strengthens control mechanisms, mitigates risks, and enhances the reliability of accounting information, establishing itself as an essential tool for governance and organizational efficiency.

Keywords: Internal Audit – Inventory Control – Managerial Accounting – Corporate Governance – Operational Efficiency.

1. INTRODUÇÃO

Na contabilidade empresarial, controlar e preservar o patrimônio da entidade constitui premissa essencial de uma gestão eficiente e responsável. O controle interno é um instrumento técnico de registro, verificação e monitoramento das operações, que visa garantir a confiabilidade das informações contábeis e gerenciais. Por meio de controles eficazes, é possível identificar falhas, prevenir fraudes, reduzir perdas e assegurar a utilização racional dos recursos organizacionais.

No contexto das empresas industriais, em especial no segmento de recapagem de pneus, observa-se empiricamente a constante necessidade de aprimoramento das rotinas de registro, mensuração e acompanhamento dos estoques. A ausência de procedimentos padronizados e a deficiência na integração entre os setores produtivo e contábil podem comprometer a fidedignidade dos registros, gerando inconsistências entre o estoque físico e o contábil e impactando diretamente o resultado econômico da empresa.

Com o propósito de aprimorar a gestão e verificar a eficiência dos controles aplicados, utiliza-se a técnica de auditoria interna operacional, que consiste em um processo sistemático de exame da regularidade, economicidade, eficiência e eficácia das operações empresariais, voltado para o fortalecimento dos controles internos e da governança corporativa. Nesse contexto, surge o seguinte questionamento: os métodos e procedimentos de controle interno adotados na gestão de estoques em empresas de recapagem de pneus são adequados e refletem a realidade das informações contábeis e gerenciais?

Diante desse problema, parte-se da hipótese de que os controles internos relativos à gestão de estoques apresentam fragilidades estruturais e procedimentais que comprometem a acurácia dos registros, a confiabilidade das demonstrações contábeis e a eficiência das operações industriais.

Em razão disso, esta pesquisa tem como objetivo geral avaliar a eficácia dos métodos e procedimentos de controle interno aplicados à gestão de estoques por meio da auditoria interna operacional em uma empresa de recapagem de pneus. Para o

alcance desse propósito, foram definidos os objetivos específicos de realizar o diagnóstico e o planejamento da auditoria interna, aplicar os procedimentos de auditoria sobre os controles internos de estoque e elaborar relatório técnico com os achados e recomendações para aprimoramento dos processos.

A presente pesquisa justifica-se pela relevância do tema para a Contabilidade Gerencial e a Auditoria Interna, uma vez que o fortalecimento dos controles internos é determinante para a eficiência administrativa, a transparência das informações e o suporte à tomada de decisão estratégica. Para a organização, representa a oportunidade de aperfeiçoar seus processos operacionais e reduzir riscos de perdas ou inconsistências. Para o meio acadêmico, evidencia a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos no curso de Ciências Contábeis, aproximando a teoria da realidade empresarial.

Para a execução desta pesquisa, realizou-se a classificação científica conforme os seguintes critérios: quanto à área de conhecimento, enquadra-se como Ciência Social Aplicada; quanto à estruturação, fundamenta-se no método dedutivo; quanto aos objetivos, classifica-se como exploratória; e quanto à finalidade, como aplicada, utilizando-se de pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa.

O presente estudo foi desenvolvido segundo o método dedutivo, partindo de conceitos gerais da Contabilidade e da Auditoria até a aplicação prática da auditoria interna operacional de estoques. Foram executados diversos procedimentos em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TAs e NBC TI 01), destacando-se o diagnóstico, o planejamento e a elaboração dos papéis de trabalho, que registraram todas as evidências relevantes e serviram de base técnica para a opinião emitida quanto à eficácia dos controles internos de estoque na empresa analisada.

2 CONTABILIDADE

A contabilidade, como disciplina de gênese ancestral, acompanha o desenvolvimento das estruturas sociais e das necessidades de mensuração e controle do patrimônio. Segundo Martins (2023, p. 41), "a contabilidade nasceu da necessidade de registro e controle das riquezas, sobretudo ligadas à agricultura e ao comércio". As primeiras evidências de sistemas de controle remontam à Mesopotâmia, com a utilização de artefatos para registrar transações, e ao Egito Antigo, onde a função dos escribas era crucial para a fidedignidade na escrituração de tributos e estoques. Na

civilização greco-romana, a prática evoluiu, estabelecendo uma conexão mais robusta com a administração pública e o setor privado. A percepção intuitiva do conceito de conta, que fundamenta a Contabilidade, é um fenômeno de longa data, conforme observa Iudicibus:

Não é descabido afirmar que a noção intuitiva de conta e, portanto, de Contabilidade seja, talvez, bastante antiga. Alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência de contas a aproximadamente 2.000 anos a.C., entretanto, antes disto, o homem primitivo, ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao enumerar suas ânforas de bebidas, já estava praticando uma forma rudimentar de Contabilidade. (IUDICIBUS, 2021, p. 13)

O incremento das atividades de comércio e intercâmbio na Europa durante o período medieval impulsionou a busca por métodos de registro mais organizados e detalhados. Neste cenário de intensificação mercantil, Martins (2023, p. 118) destaca a publicação seminal de Luca Pacioli, em 1494, a obra *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalità*. Essa publicação foi fundamental por formalizar e sistematizar o método das partidas dobradas, um paradigma que permanece como o alicerce da teoria contábil contemporânea. Posteriormente, o advento da Revolução Industrial demandou um avanço significativo na estrutura da Contabilidade de Custos e na gestão de inventários e investimentos. Nesse processo evolutivo, a disciplina se desenvolveu em correlação direta com o ambiente social, conforme aponta Iudicibus:

Em termos do entendimento da evolução histórica da disciplina, é importante reconhecer que raramente o “estado da arte” se adianta muito em relação ao grau de desenvolvimento econômico, institucional e social das sociedades analisadas, em cada época. O grau de desenvolvimento das teorias contábeis e de suas práticas está diretamente associado, na maioria das vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades ou nações. (IUDICIBUS, 2021, p. 2023)

Portanto, a trajetória histórica da Contabilidade é marcada por uma contingência social e econômica, onde a evolução do aparato teórico e prático reflete o grau de complexidade das operações das entidades em cada era.

No contexto brasileiro, a gênese da Contabilidade ocorreu durante o período colonial, atuando primordialmente como um instrumento de fiscalização régia, cujo objetivo era atender às exigências fiscais da Coroa Portuguesa. Segundo Martins (2023, p. 215), “os primeiros registros contábeis no Brasil tinham caráter

eminentemente fiscal e serviam para monitorar a arrecadação de tributos e a movimentação de mercadorias destinadas à metrópole". Portanto, a função primária da contabilidade, em sua fase inicial, estava quase que integralmente voltada ao controle estatal. Um avanço institucional relevante se deu com a chegada da corte portuguesa em 1808 e a consequente abertura dos portos, o que estimulou o surgimento de estabelecimentos de ensino comercial e a formação de profissionais com maior qualificação técnica. A consolidação da Contabilidade como ciência autônoma e campo de pesquisa, contudo, é um fenômeno do século XX, como afirma Iudicibus:

(...) foi com a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, em 1946, e com a instalação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais, que o Brasil ganhou o primeiro núcleo efetivo, embora modesto, de pesquisa contábil nos moldes norte-americanos, isto é, com professores dedicando-se em tempo integral ao ensino e à pesquisa, produzindo artigos de maior conteúdo científico e escrevendo teses acadêmicas de alto valor. (IUDICIBUS, 2021, p. 18)

Este marco institucionalizou a pesquisa contábil no país, estabelecendo as bases para a produção de conhecimento científico e para a elevação do rigor metodológico da disciplina.

A partir da metade do século XX, a institucionalização da Contabilidade no Brasil foi acelerada com a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em 1946, um órgão regulador que elevou o prestígio profissional da área. O ponto de inflexão mais significativo, contudo, foi a promulgação da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações - LSA), que estabeleceu um conjunto normativo robusto para a divulgação das informações financeiras. Essa legislação não só aproximou as práticas nacionais dos padrões internacionais vigentes à época, como também exigiu a auditoria externa obrigatória para companhias abertas, solidificando a credibilidade das demonstrações financeiras. Martins (2023, p. 289) ressalta que, neste período, "a contabilidade nacional deixou de ser vista apenas como obrigação fiscal e passou a ser reconhecida como ciência indispensável à gestão das empresas e ao desenvolvimento econômico". Assim, o conjunto normativo da LSA foi um catalisador decisivo para a maturidade e o reconhecimento científico da Contabilidade no cenário nacional.

O movimento mais transcendental do século XXI na Contabilidade brasileira foi, inquestionavelmente, o processo de convergência total às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), impulsionado pela Lei nº 11.638/2007

e

regulamentações subsequentes. Coordenada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), essa harmonização visou o aprimoramento das características qualitativas da informação contábil, como a relevância, a representação fidedigna e a comparabilidade em escala global. A adoção das IFRS marcou a migração do custo histórico para o valor justo na mensuração de certos ativos e passivos, aumentando a transparência para investidores e demais partes interessadas no mercado de capitais internacional. Martins (2023, p. 317) conclui que, "a harmonização às normas internacionais trouxe desafios, mas consolidou a contabilidade brasileira como prática moderna e apta a atender às exigências de um mercado globalizado". Dessa forma, a trajetória histórica demonstra que a evolução da Contabilidade é um reflexo das necessidades econômicas, administrativas e institucionais das sociedades, desenvolvendo-se de forma integrada às demandas do ambiente em que está inserida.

2.1. Contabilidade Gerencial e sua importância para a tomada de decisão

A Contabilidade Gerencial configura-se como um ramo da ciência contábil intrinsecamente direcionado à produção e disseminação de informações fiduciárias voltadas ao suporte do processo decisório interno nas organizações.

De acordo com Garrison (2025, p. 25), "a contabilidade gerencial envolve fornecer informações aos gestores da própria organização, de modo que eles possam formular planos, controlar as operações e tomar decisões". Seu objetivo primordial reside em prover dados pertinentes de natureza econômica, em tempo hábil e com formatação adaptada à estrutura e singularidade de cada entidade, subsidiando o planejamento estratégico, o controle operacional e a avaliação de performance das atividades.

Essa amplitude é ratificada por Iudícibus, que define a sua abrangência técnica:

Podemos caracterizar a Contabilidade Gerencial como um enfoque especial conferido a vários procedimentos e técnicas contábeis já conhecidos e tratados na Contabilidade Financeira, na Contabilidade de Custos, na análise financeira e de balanços etc., colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada e específica, de maneira a atender às necessidades de informações dos gestores das entidades em seu processo decisório. (IUDÍCIBUS, 2020, p. 04).

Portanto, infere-se que a Contabilidade Gerencial, ao expandir o escopo da mensuração contábil para além do mero registro retrospectivo de transações, contribui

decisivamente para a otimização dos recursos e a maximização da eficiência corporativa. Essa mesma lógica de apoio à gestão é refletida nas práticas contábeis aplicadas a áreas operacionais específicas, como o controle de estoques, cuja gestão eficiente representa fator determinante para a sustentabilidade financeira e a competitividade empresarial.

2.2 Práticas Contábeis no controle de estoque em uma empresa de Recapagem de Pneus

As práticas contábeis aplicadas à gestão de estoques desempenham um papel estratégico e crítico na administração do ativo circulante e na eficiência operacional das organizações. Em indústrias de manufatura, como as de recapagem de pneumáticos, caracterizadas por um fluxo dinâmico e intensa rotatividade de insumos, a protocolização de procedimentos contábeis rigorosos é imprescindível para assegurar o registro acurado dos inventários e a fidedignidade das demonstrações financeiras.

O acompanhamento eficaz dos estoques transcende o mero acompanhamento do volume físico (*nível de inventário*) dos itens, sendo crucial para garantir que os registros contábeis reflitam, com precisão e tempestividade, a posição patrimonial da entidade. Nesse contexto, destacam-se atividades essenciais como a classificação hierárquica dos materiais, a adoção de critérios consistentes de mensuração (PEPS, Custo Médio Ponderado), a conciliação periódica dos saldos físicos e contábeis e a apuração e contabilização de quebras ou excedentes de inventário.

A relevância do controle interno é corroborada por Crepaldi:

O controle interno sobre os estoques compreende controles contábeis e físicos. O bom controle contábil sobre estoques revela-se por meio de um sistema em que as tarefas de empregados sejam segregadas, de modo a não permitir que os encarregados de controlar os estoques sejam os mesmos responsáveis pelo faturamento de vendas ou lançamentos de compras. (CREPALDI, 2023, p.493).

As empresas de recapagem de pneus gerenciam um portfólio diversificado de itens, que inclui carcaças (matéria-prima principal), compostos de borracha para vulcanização, químicos catalisadores e bandas de rodagem pré-moldadas. Cada item exige rastreabilidade individualizada e controle específico desde o recebimento até

sua utilização, garantindo que as movimentações sejam registradas de acordo com os princípios contábeis e normas vigentes. Assim, a adoção de práticas contábeis consistentes e alinhadas ao controle interno é indispensável para assegurar a transparência, a confiabilidade e a integridade das demonstrações financeiras.

2.2.1 Métodos Aplicados na Gestão de Estoques

A administração eficiente dos estoques representa um componente essencial da gestão patrimonial e contábil, assegurando a proteção dos ativos, a redução de perdas operacionais e a fidedignidade das informações utilizadas no processo decisório. Dentre os diversos aspectos que compõem essa gestão, destacam-se os métodos de valoração de estoques, cuja aplicação influencia diretamente o reconhecimento dos custos, a mensuração dos resultados e a consistência das demonstrações financeiras.

Entre os critérios de mensuração mais difundidos estão o PEPS e o UEPS. O método PEPS baseia-se na premissa de que os primeiros itens adquiridos ou produzidos são também os primeiros a serem utilizados ou comercializados, de modo que o estoque final reflete os custos das aquisições mais recentes. Por alinhar-se às normas contábeis nacionais e internacionais, o PEPS é amplamente recomendado para estoques sujeitos à obsolescência, perecimento ou variações significativas de preço, além de estar em conformidade com as exigências do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 16 — R2).

De acordo com a Norma TG 16 (R2):

O critério PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair) pressupõe que os itens de estoque que foram comprados ou produzidos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar e, conseqüentemente, os itens que permanecerem em estoque no fim do período sejam os mais recentemente comprados ou produzidos. Pelo critério do custo médio ponderado, o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo dos mesmos itens comprados ou produzidos durante o período. A média pode ser determinada em base periódica ou à medida que cada lote seja recebido, dependendo das circunstâncias da entidade. (NORMA TG 16 (R2), 2017)

Outro método amplamente utilizado é o Custo Médio Ponderado, que determina o valor do estoque com base na média ponderada dos custos de aquisição ou produção ao longo do período. Tal abordagem reduz as oscilações de preços e proporciona maior estabilidade nas demonstrações contábeis, sendo o método mais adotado nas empresas brasileiras. Conforme destaca Iudícibus:

(...) o UEPS (não permitido no Brasil) e a Média Ponderada (o método mais adotado entre nós) tendem, principalmente o primeiro, a subavaliar os estoques. De maneira geral, portanto, nossos quocientes são bastante conservadores, considerando-se ainda que, a rigor, dever-se-ia adotar a regra “custo ou mercado”, o que for mais baixo nos casos (raros entre nós) em que o preço de reposição fosse menor que o de custo. (IUDÍCIBUS, 2020, p. 88)

No contexto das empresas industriais, especialmente as voltadas à recapagem de pneus, a escolha do método de valoração de estoques deve levar em conta a natureza dos insumos, o fluxo operacional e o ciclo produtivo. O PEPS, nesse cenário, oferece vantagens significativas, pois garante rastreabilidade dos custos, coerência no custeio e conformidade com os princípios e normas contábeis vigentes, refletindo com maior precisão a movimentação real dos estoques.

Além disso, a consistência na aplicação dos métodos de valoração e a precisão dos registros contábeis são fatores determinantes para o processo de auditoria dos estoques, que visa avaliar a integridade, exatidão e a adequação dos controles internos relacionados a essa área. Dessa forma, o exame e validação das práticas de mensuração e controle de estoques constituem etapa indispensável para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras e a transparência da gestão empresarial.

2.2.2 Fundamentos da Auditoria

A auditoria emergiu como uma resposta à necessidade de verificar a fidedignidade e integridade das informações contábeis divulgadas pelas organizações, sobretudo em ambientes empresariais nos quais ocorre a separação entre a propriedade e a administração. Historicamente, sua função primordial esteve associada à verificação da veracidade dos registros econômicos e patrimoniais, visando assegurar a transparência e a confiança dos usuários das demonstrações financeiras. Nesse sentido, Attie afirma que:

O surgimento da auditoria está ancorado na necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira espelhada no patrimônio das empresas investidas e, principalmente, em virtude do aparecimento de grandes empresas multi geograficamente distribuídas e simultâneo ao desenvolvimento econômico que propiciou participação acionária na formação do capital de muitas empresas (ATTIE, 2018, p. 7)

No Brasil, a prática da auditoria teve início de forma incipiente no início do século XX, impulsionada pela instalação de filiais de empresas estrangeiras e pela

necessidade de conferir credibilidade e padronização às informações contábeis apresentadas aos investidores internacionais. Nesse período, a auditoria possuía caráter eminentemente fiscalizatório, voltado à detecção de erros e fraudes, com foco na salvaguarda do patrimônio e na verificação da conformidade dos registros contábeis.

Com o avanço do processo de industrialização e a ampliação das sociedades por ações, a auditoria passou a exercer função estratégica no ambiente corporativo, deixando de se restringir ao controle corretivo e passando a integrar os mecanismos de governança e conformidade. A promulgação da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) representou um marco histórico, ao instituir a obrigatoriedade da auditoria independente para companhias abertas, o que consolidou o exercício profissional e alinhou o país às práticas internacionais. Nesse contexto, Attie complementa que:

A evolução da auditoria no Brasil está primariamente relacionada com a instalação de empresas internacionais de auditoria independente, uma vez que investimentos também internacionais foram aqui implantados e compulsoriamente tiveram de ter suas demonstrações contábeis auditadas. (Attie, 2018, p. 8)

A partir desse cenário de expansão normativa e institucional, a auditoria consolidou-se como um instrumento essencial à governança corporativa, ultrapassando o caráter meramente fiscalizatório para assumir uma função analítica e estratégica dentro das organizações. Sua aplicação passou a abranger não apenas a verificação contábil, mas também a avaliação da eficiência dos controles, da confiabilidade das informações e da aderência às políticas e normas internas e externas. Essa ampliação de escopo possibilitou que a auditoria evoluísse para abordagens mais estruturadas de monitoramento e aperfeiçoamento dos processos organizacionais, contribuindo de forma significativa para a transparência, integridade e efetividade da gestão empresarial.

2.2.3 Auditoria Interna

A auditoria interna configura-se como uma atividade sistemática, autônoma e permanente, desenvolvida no âmbito das organizações com o objetivo de avaliar e aprimorar a eficiência dos controles internos. Sua função não se limita à verificação documental, abrangendo também o acompanhamento contínuo das operações, a identificação de riscos e o aperfeiçoamento dos processos administrativos e

operacionais. Trata-se, portanto, de um instrumento de apoio gerencial que busca assegurar a conformidade e a integridade das informações produzidas pela entidade.

De acordo com a NBC TI 01:

A Auditoria Interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos. (NBC TI 01, 2003, it 12.1.1.3)

Diferentemente da auditoria externa, que é conduzida por profissionais independentes e tem como finalidade emitir parecer sobre as demonstrações contábeis, a auditoria interna é realizada por servidores ou departamentos vinculados à própria organização. Essa característica possibilita uma atuação mais próxima da realidade operacional, permitindo um acompanhamento contínuo e preventivo das atividades, de forma a contribuir diretamente para a eficácia da gestão e o cumprimento das metas institucionais. Segundo Crepaldi:

É a atividade de avaliação independente dentro da empresa, para verificar as operações e emitir um relatório sobre elas, sendo considerada um serviço prestado à administração. É facultativa, em função de previsão estatutária, funcionando como instrumento de apoio à gestão e objetivando verificar se o controle interno está em efetivo funcionamento, proferindo o auditor, quando cabível, sugestão para melhora de tais controles internos ou implantação de controles, caso não existam. Constitui o conjunto de procedimentos que tem por objetivo examinar integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade. CREPALDI, 2023, p. 46).

Conforme dispõe a NBC TI 01, a auditoria interna deve desempenhar um papel estratégico na estrutura organizacional, promovendo o aperfeiçoamento da governança, da eficiência operacional e do sistema de controles internos. Sua atuação assume caráter consultivo e preventivo, com vistas a identificar falhas, propor melhorias e fortalecer a segurança das informações e processos. Dessa forma, consolida-se como instrumento essencial de assessoramento à administração, contribuindo para a transparência, a responsabilidade gerencial e a sustentabilidade das práticas organizacionais.

2.2.4 Aplicação da Auditoria Interna Operacional em Estoques

A auditoria interna operacional tem como finalidade mensurar a eficácia e a eficiência das operações internas de uma organização, avaliando se os processos estão

em conformidade com os objetivos e metas estabelecidos. Trata-se de uma abordagem que ultrapassa a verificação meramente contábil, voltando-se à análise sistêmica do desempenho organizacional, especialmente em áreas críticas como o controle de estoques. Segundo Crepaldi (2023, p. 28):

(..) a auditoria operacional é um processo de avaliação do desempenho real, em confronto com o esperado, o que leva, inevitavelmente, à apresentação de recomendações destinadas a melhorar e a aumentar o êxito da organização. Deve estar muito mais vinculada à “função auditoria”, dentro de uma visão sistêmica, em que todas as pessoas envolvidas na tomada de decisões deveriam ter a preocupação de análise de riscos e conhecimento amplo das linhas de negócios da empresa/cliente. (Crepaldi (2023, p. 28)

Essa modalidade de auditoria, muitas vezes também denominada auditoria de gestão, realiza revisões metódicas em programas, setores e atividades, buscando certificar a efetividade dos controles internos, verificar o uso racional dos recursos e recomendar melhorias para o desempenho operacional. Como aponta Attie:

O exame de auditoria efetuado na área de estoques tem por finalidade atingir os objetivos previamente determinados. Definido isto, o programa de auditoria deve ser considerado para evitar trabalhos desnecessários ou enfoque incorreto. Entretanto, o auditor deve ter a mente aberta para não se guiar cegamente pelo programa e deixar passar assuntos e problemas importantes não previstos no programa. Caso isto ocorra, o programa original deve ser modificado para atingir os itens não programados inicialmente. (ATTIE, p. 453)

Dessa maneira, a auditoria interna operacional, quando aplicada ao controle de estoques, assume papel estratégico na verificação da fidedignidade dos registros contábeis e na avaliação da eficiência dos procedimentos de armazenamento, movimentação e apuração de saldos. Sua execução permite identificar inconsistências entre o estoque físico e o contábil, apontar eventuais falhas nos controles internos e propor medidas corretivas que promovam maior segurança e racionalização dos processos. Attie explica que:

O trabalho do auditor na área de estoques deve envolver procedimentos voltados para a determinação de quaisquer problemas com a realização dos estoques, quer sejam com perdas potenciais em relação ao mercado, quer com prazos além do normalmente realizável. Durante a contagem física, o auditor tem poder de observação quanto à qualidade e quantidade dos estoques existentes. Muito embora o auditor não seja um perito em relação aos materiais, a observação é um dos procedimentos utilizados para a identificação de materiais em condições invendáveis ou em quantidades excessivas em relação ao poder de colocação no mercado pela companhia. O auditor deve estar alerta quanto à possibilidade de existência de materiais morosos, obsoletos, deteriorados, não devendo vacilar em fundamentar seu trabalho inclusive com inquisições ao pessoal responsável sobre as condições dos materiais que lhe pareçam anormais. (ATTIE, 2018, p. 457)

Conforme previsto na NBC TI 01 (2003), o auditor deve empregar testes de observância, voltados à verificação da adequação e efetividade dos controles internos, e testes substantivos, destinados à comprovação da exatidão das informações obtidas. Os resultados dessas análises subsidiam a formação da opinião técnica, conforme as diretrizes das NBC TA 700 e NBC TA 705, reforçando a confiabilidade das demonstrações contábeis e contribuindo diretamente para a otimização da gestão de estoques e para o fortalecimento da governança corporativa.

2.2.5 Procedimentos de Auditoria

Os procedimentos de auditoria consistem nas técnicas utilizadas pelo auditor para reunir evidências confiáveis que sustentem suas análises e conclusões. A definição desses procedimentos ocorre durante a etapa de planejamento da auditoria e deve considerar os objetivos específicos e os riscos inerentes à área ou processo auditado. Acerca disso, a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TI 01 enfatiza que:

A atividade da Auditoria Interna está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios. (NBC TI 01, 2003, it 12.1.1.3)

A eficácia do trabalho de auditoria está diretamente relacionada à escolha e à aplicação correta desses procedimentos, que precisam ser adequados ao escopo definido e à complexidade do objeto examinado. Quando executados de maneira apropriada, tais procedimentos permitem identificar falhas, irregularidades, ineficiências ou oportunidades de aprimoramento, garantindo a solidez e a fidedignidade das informações apresentadas no relatório final.

Conforme estabelecido pela NBC TA 500 (Normas Brasileiras de Contabilidade), os procedimentos mais empregados em auditoria compreendem a inspeção, que envolve a análise física de documentos, registros ou bens tangíveis para comprovar sua existência e condições; a observação, que consiste no acompanhamento direto dos processos enquanto são executados, com o intuito de verificar se estão sendo realizados conforme os procedimentos estabelecidos; a indagação, que corresponde à obtenção de informações por meio de entrevistas ou questionamentos aos responsáveis pelos processos, visando esclarecer dúvidas ou confirmar dados; a reexecução, que abrange a repetição independente de cálculos ou

operações para validar sua precisão e conformidade, os procedimentos analíticos, que se destinam à análise comparativa de dados para identificar padrões, tendências, variações ou discrepâncias que mereçam investigação; e o rastreamento e conciliações, que envolvem a verificação do fluxo documental e o confronto de informações entre diferentes registros para assegurar a consistência e integridade dos dados.

Essas técnicas são regidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e agregam valor à atividade de auditoria, uma vez que se fundamentam em normas profissionais e não em suposições individuais do auditor. A aplicação criteriosa e sistemática desses procedimentos garante a obtenção de evidências válidas, fortalecendo a credibilidade das demonstrações contábeis, contribuindo para a eficiência dos controles internos e para o aprimoramento contínuo da gestão organizacional.

2.2.6 Diagnóstico

O diagnóstico constitui a primeira etapa do processo de auditoria interna operacional, sendo essencial para o conhecimento detalhado das atividades e dos controles executados pela entidade. Nessa fase, busca-se identificar inconsistências, fragilidades nos controles internos e oportunidades de aprimoramento que possam afetar a eficiência operacional e a confiabilidade das informações contábeis. Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, em especial a NBC TA 300 (Planejamento da Auditoria) e a NBC TA 315 (Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante), o diagnóstico deve abranger a análise da estrutura organizacional, dos processos e dos fatores de risco inerentes ao ambiente auditado.

Os resultados dessa etapa são consolidados em achados e recomendações, que servem de base para o relatório técnico, o qual, segundo a NBC TA 700, deve apresentar clareza, objetividade e fundamentação técnica.

2.2.7 Planejamento

O planejamento da auditoria é uma etapa fundamental que orienta todo o desenvolvimento do trabalho do auditor, garantindo que as atividades sejam realizadas de maneira eficiente, organizada e alinhada aos objetivos estabelecidos previamente. Conforme Ribeiro:

O objetivo do planejamento de auditoria é possibilitar que a auditoria seja realizada de forma eficaz. Para isso, é indispensável o envolvimento de membros-chave da equipe de trabalho, como o gerente e o sócio, inclusive na discussão entre os membros da equipe de trabalho. (RIBEIRO, 2023, p. 149)

Segundo a NBC TA 300 (R1), o planejamento não deve ser visto como um momento isolado, mas sim como um processo contínuo e dinâmico, que frequentemente começa logo após a conclusão da auditoria anterior e permanece em constante evolução até o encerramento do trabalho atual.

Complementando esse conceito, Attie (2018, p. 26) destaca que “o planejamento pressupõe adequado nível de conhecimento sobre as atividades, os fatores econômicos, a legislação aplicável e as práticas operacionais da entidade e o nível geral de competência de sua administração.” Isso reforça a necessidade de que o auditor tenha uma compreensão aprofundada do contexto organizacional para desenvolver um plano que esteja em consonância com a realidade da empresa.

2.2.8 Elementos Comprobatórios

A etapa de execução representa um momento crucial dentro do processo de auditoria, pois é nela que os procedimentos previamente planejados são colocados em prática com o intuito de reunir evidências consistentes e suficientes que fundamentam o parecer técnico do auditor. Essas evidências servem para confirmar a confiabilidade das demonstrações contábeis e a efetividade dos controles internos adotados pela entidade.

Os testes de procedimentos buscam avaliar se os controles internos estabelecidos pela organização estão sendo cumpridos de forma eficaz. Isso significa verificar, por exemplo, se determinadas rotinas operacionais, como a aprovação de documentos antes de seu registro contábil, estão sendo seguidas de maneira uniforme. Esses testes não têm como objetivo imediato verificar valores contábeis, mas sim confirmar que os processos estão sendo executados conforme definido, oferecendo segurança para a confiabilidade dos registros.

A NBC TA 500 estabelece que o auditor deve obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para reduzir o risco da auditoria a um nível aceitavelmente baixo e, assim, fundamentar suas conclusões com segurança. Nessa linha, Attie (2018, p. 49) destaca que “o auditor deve escolher os procedimentos mais apropriados para seu exame, levando em consideração aspectos como a natureza das afirmações,

a finalidade de cada revisão, a credibilidade das provas a obter, a facilidade de aplicação dos procedimentos de auditoria”.

2.2.9 Evidências e Achados

Durante o desenvolvimento da auditoria, o auditor deve reunir elementos que subsidiem tecnicamente sua análise e fundamentem suas conclusões. Esses elementos são denominados evidências de auditoria e devem ser suficientes e apropriados para proporcionar segurança razoável quanto à fidedignidade das informações examinadas. Conforme estabelece a NBC TA 500, as evidências devem ser obtidas com base em critérios de qualidade, relevância e confiabilidade, considerando sempre os objetivos e os riscos associados ao trabalho. Nesse contexto, Attie ressalta que:

As evidências conseguidas são aquelas oriundas dos procedimentos de auditoria que irão permitir a formação e a fundamentação da opinião do auditor. Tais trabalhos precisam ser claramente expostos e registrados nos papéis de trabalho que irão se constituir em elementos de prova de sua conclusão. (ATTIE, 2018, p. 20)

A obtenção de evidências pode envolver diferentes procedimentos, como análise documental, entrevistas, observações diretas, reconciliações e testes aplicados sobre os controles internos. A seleção desses procedimentos deve ser pautada na finalidade da verificação, na natureza das informações e na confiabilidade das fontes, de modo a assegurar que os resultados obtidos sustentem, de forma técnica e consistente, os achados de auditoria.

Os achados, por sua vez, representam o resultado da interpretação das evidências obtidas, servindo como base para a elaboração do relatório final, no qual são apresentadas as constatações, conclusões e recomendações do auditor.

2.2.10 Relatório de Auditoria: Opinião do Auditor

A etapa conclusiva da auditoria corresponde à formação da opinião do auditor e à emissão do relatório final, documento que consolida os principais achados identificados durante o exame das demonstrações e controles da entidade. Nesse momento, o auditor deve avaliar a suficiência, a consistência e a confiabilidade das evidências obtidas, considerando a pertinência das informações e a adequação dos procedimentos empregados ao longo do trabalho. A respeito do propósito do documento final, Ribeiro assevera que:

Relatório de auditoria é um documento por meio do qual o auditor independente expressa, claramente, por escrito, sua opinião sobre as demonstrações contábeis com base na avaliação das conclusões atingidas pela evidência de auditoria”. (RIBEIRO, 2023, p. 363)

Essa análise envolve tanto a apreciação individual de cada área auditada quanto a interpretação integrada dos resultados, assegurando que a opinião emitida represente, de forma fidedigna e objetiva, a realidade econômico-financeira da entidade. Para isso, o auditor recorre a procedimentos complementares, como a revisão analítica, que compreende o estudo de variações, tendências e indicadores, comparando dados históricos e projetados, com o propósito de verificar a razoabilidade das operações e saldos examinados.

Após essa avaliação técnica, o auditor elabora o relatório conclusivo, expressando sua opinião profissional fundamentada nas normas aplicáveis. Conforme orientam as NBC TA 700 e NBC TA 705, o relatório deve apresentar, de maneira clara e fundamentada, a natureza da opinião emitida — seja ela sem ressalva, com ressalva, adversa ou com abstenção — podendo incluir, ainda, recomendações direcionadas ao aprimoramento dos processos internos e à mitigação de riscos identificados. A NBC TA 705 enfatiza a importância da uniformidade textual:

A consistência no relatório do auditor ajuda a promover o entendimento dos usuários e a identificar circunstâncias não usuais quando elas ocorrem. Consequentemente, embora a uniformidade na redação de uma opinião modificada e na descrição das razões para a modificação possa não ser possível, é necessário que haja consistência na forma e no conteúdo do relatório do auditor. (NBC TA 705, 2016, IT A20)

A sustentação dessa opinião depende da obtenção de evidências adequadas, coletadas por meio de procedimentos como análise documental, entrevistas, observação direta, reconciliações e testes de conformidade. A seleção e a execução desses procedimentos devem seguir critérios técnicos e normativos, garantindo que as conclusões apresentadas estejam respaldadas em fundamentos sólidos e alinhadas às boas práticas de auditoria.

3 Metodologias

A metodologia da pesquisa científica corresponde ao conjunto de técnicas e processos organizados que orientam o raciocínio e a aplicação dos métodos científicos, com o objetivo de atingir os resultados propostos pela investigação. Segundo Gil:

As pesquisas podem ser classificadas de diferentes maneiras. Mas para que esta classificação seja coerente, é necessário definir previamente o critério

adotado. Com efeito, é possível estabelecer múltiplos sistemas de classificação e defini-las segundo a área de conhecimento, a finalidade, o nível de explicação e os métodos adotados. (GIL, 2022, p. 40).

3.1 Área do Conhecimento

No que se refere à área do conhecimento, a Contabilidade é classificada como uma ciência social aplicada, conforme estabelece o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Dentro dessa área, insere-se a auditoria interna, técnica que constitui o foco principal deste projeto de pesquisa.

3.2 Finalidade

Quanto à finalidade, esta pesquisa classifica-se como aplicada, uma vez que, conforme GIL (2022, p. 41), esse tipo de investigação visa à 'aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica'. Nesse sentido, busca-se proporcionar embasamento prático para avaliar se os controles internos relativos à gestão de estoques são suficientes e adequados no contexto de empresas de recapagem de pneus.

3.3 Objetivos

Em relação aos objetivos, a pesquisa será classificada como exploratória. De acordo com Gil (2022, p.21), esse tipo de pesquisa proporciona ao pesquisador uma maior familiaridade com o problema, tornando-o mais compreensível. Assim, o objetivo é demonstrar, por meio dos resultados da auditoria interna, a necessidade de adequações nas rotinas de registro, controle e monitoramento dos estoques de matérias-primas, pneus inservíveis e recapados nas empresas de recapagem de pneus.

3.4 Método Empregado

Analisar a eficácia dos métodos e procedimentos de controle interno aplicados à gestão de estoque em uma empresa de recapagem de pneus, quanto à garantia da fidedignidade das informações contábeis e gerenciais, bem como da eficiência operacional do processo produtivo.

3.4.1 Método Exploratório

O estudo adotará um método exploratório e descritivo com o propósito de aprofundar a compreensão da problemática investigada. Para tanto, serão realizadas pesquisas bibliográficas e entrevistas com o proprietário/gestor, visando coletar

informações preliminares e detalhar a gestão e o controle de estoque da organização. A natureza dos dados será qualitativa, focada na caracterização do fenômeno em questão, sem estabelecer relações de causa e efeito.

3.4.2 Método Dedutivo

O método de abordagem adotado nesta pesquisa será o dedutivo, o qual parte de proposições gerais para análises específicas. Conforme expõem Lakatos e Marconi (2021, p. 104), "toda informação ou conteúdo factual da conclusão já estava, pelo menos implicitamente, nas premissas". Dessa forma, a investigação será conduzida a partir de conceitos amplos sobre contabilidade e auditoria, com posterior aprofundamento na auditoria interna operacional, especificamente na avaliação da eficácia dos métodos e procedimentos de controle interno aplicados ao estoque de empresas de recapagem de pneus.

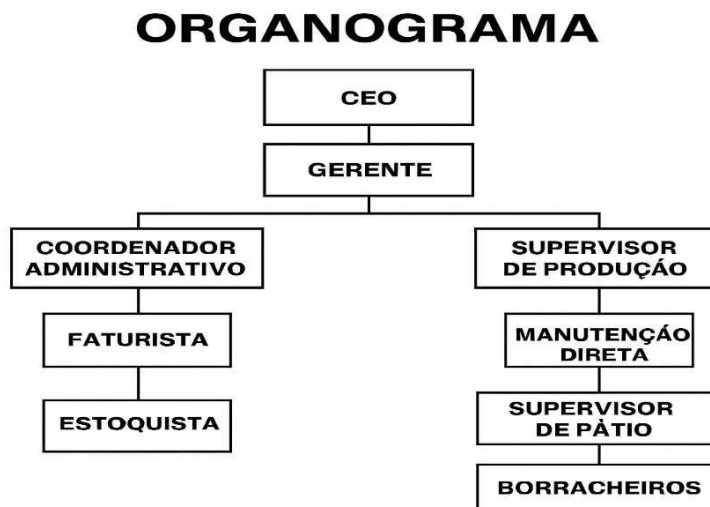
4 PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA INTERNA OPERACIONAL

A Recapadora de Pneus está localizada no município de Ji-Paraná, no estado de Rondônia, e foi inaugurada em 22 de setembro de 2021. Atua no segmento de recapagem de pneus agrícolas e de carga, oferecendo também serviços complementares, como vulcanizações e duplagens. Desde a sua fundação, vem expandindo sua atuação e conquistando espaço no mercado regional, tornando-se uma referência no setor pela qualidade dos serviços e pela observância às exigências legais e fiscais. A organização opera sob o regime tributário de Lucro Real e adota um sistema de custeio por absorção para a apuração de custos.

Para o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria referentes ao exercício de 2025, o processo foi cuidadosamente organizado em etapas que garantissem clareza e eficiência. A primeira delas, voltada ao planejamento, teve início em 7 de julho, abrangendo todas as atividades preparatórias necessárias para o bom andamento da auditoria. Na sequência, iniciou-se a fase de execução, com destaque para a inspeção in loco realizada em 14 de julho, ocasião em que foi possível observar de perto o funcionamento das rotinas operacionais e administrativas da empresa.

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos pela pesquisa, aplicou-se a técnica de auditoria interna operacional, direcionando a análise para a avaliação dos controles internos de estoque da recapadora. Atualmente, conta com 23 colaboradores, distribuídos entre as seguintes funções:

Imagem 1 – Organograma da empresa de recapagem



Fonte: Elaborado pelas autoras da pesquisa (2025)

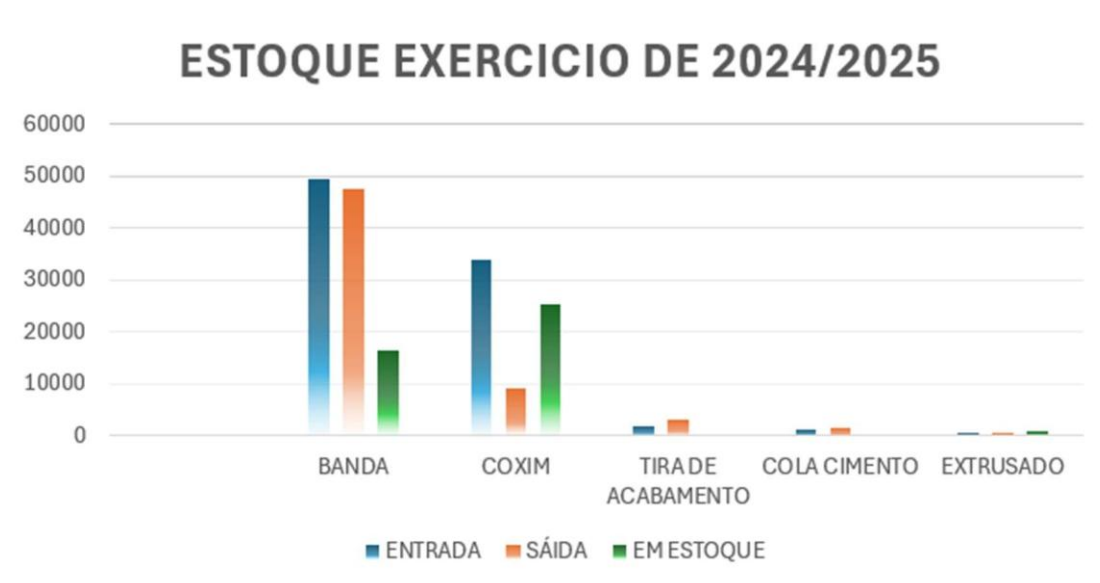
Nos últimos seis meses, a empresa tem enfrentado dificuldades significativas na gestão de estoques, evidenciadas por discrepâncias entre os registros do sistema e as quantidades efetivamente existentes no estoque físico. Essa falta de alinhamento tem ocasionado, por um lado, rupturas em determinados insumos, resultando em atrasos na produção e possíveis perdas de vendas; e, por outro, excessos de materiais, que elevam os custos de armazenagem e ampliam o risco de obsolescência e deterioração.

Entre as principais causas identificadas, destacam-se a ausência de uma política estruturada de reposição de estoques, a inadequação do sistema de controle atualmente utilizado e a falta de integração das ferramentas de contabilidade gerencial, como o cálculo do ponto de equilíbrio e a análise da margem de contribuição nos processos de decisão. Durante a inspeção, também foram observadas falhas no armazenamento físico, incluindo produtos perecíveis com embalagens danificadas, prateleiras úmidas e sujas, além de itens de pequeno porte armazenados de forma inadequada, o que facilita perdas e extravios.

Verificou-se ainda que não há uma política de organização dos estoques, seja por setor, categoria de produto ou volume de vendas, o que compromete a eficiência operacional. Ademais, máquinas, gôndolas e prateleiras desativadas encontram-se misturadas às mercadorias em uso, sem critérios de descarte ou segregação adequados. Tais falhas impactam diretamente a lucratividade e a produtividade da empresa, reduzindo sua competitividade no mercado.

O setor de almoxarifado, embora realize contagens periódicas e registre movimentações em sistema informatizado, ainda depende de métodos manuais e relatórios limitados para acompanhar o giro dos estoques e calcular o custo médio. Essas práticas, embora úteis, não suprem as necessidades de controle diante do aumento da demanda e das variações sazonais, reforçando a necessidade de modernização e integração dos processos de gestão de estoques.

Gráfico 1: Estoque físico em quilos mensurado no exercício de 2024



Fonte: Elaborado pelas autoras da pesquisa (2025).

Os dados do gráfico foram coletados no exercício de 07/07/2024 a 07/07/2025 e evidencia que, embora haja controle das movimentações, ainda existe necessidade de aperfeiçoamento na gestão de estoques, especialmente em relação ao planejamento de compras e ao equilíbrio entre consumo e armazenagem, de forma a evitar tanto a escassez quanto o excesso de materiais.

Deu-se início à execução dos procedimentos, os quais foram conduzidos em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Auditoria Interna (NBC TI). Durante essa fase, foram aplicados testes de observância, que consistiram em inspeções in loco, exames documentais, investigações e confirmações de informações junto a colaboradores diretamente envolvidos nas operações da empresa, com o objetivo de avaliar a efetividade dos controles internos e a conformidade dos processos auditados.

Com o propósito de delimitar a abrangência do trabalho e mitigar possíveis distorções na formação da opinião do auditor, adotou-se o método de amostragem estatística estratificada, estabelecendo-se um nível de confiança de 90% (noventa por

cento). A amostra selecionada abrangeu uma população representativa das movimentações de estoque da empresa, permitindo uma análise consistente e confiável dos resultados obtidos durante o processo de auditoria.

Quadro 1: Wp. 01- Os controles de estoque são suficientes para garantir uma gestão eficiente e segura dos recursos?

Condição: O gerente responsável informou que não há um profissional específico para a realização da Auditoria nos estoques.	Critério de Auditoria: NBC TI 01 – Auditoria Interna: estabelece que as organizações devem submeter seus controles a avaliações periódicas independentes.
Evidências: 1- Ausência Formalizada: Não há evidências de rotina formal de auditoria interna. 2 - Necessidade de Formalização: Recomenda-se a implantação de controles mais formalizados, indicando que o monitoramento atual não atende aos padrões de formalidade. 3 - Ineficácia Crônica: A ausência de auditoria periódica contribui para a recorrência de falhas, como divergências, perdas e desorganização.	Possíveis Causas: Ausência de planejamento anual de auditoria interna, falta de profissional habilitado para revisão dos controles.
Recomendações: Realizar avaliações periódicas e independentes dos controles internos, por meio de auditoria interna anual conduzida por profissional qualificado, garantindo a detecção de irregularidades, a correção de falhas recorrentes e a promoção de melhorias contínuas nos processos da empresa.	Possíveis efeitos: Possibilidade de irregularidades não identificadas, falhas recorrentes e ausência de melhorias contínuas

Recapagem de Pneus	
Objeto: Controles internos estoque de uma recapadora	
Escopo: Avaliar os métodos e procedimentos de controles internos de entrada e saída de Matéria-prima em Estoque - com base no método PEPS: Primeiro que Entra, Primeiro que Sai.	
Objetivo do trabalho: Avaliar os métodos e procedimentos de controle interno da matéria prima de uma recapadora.	
Q1. Os controles de estoque da empresa de recapagem de pneus são suficientes e adequados para assegurar a fidedignidade das informações contábeis e garantir uma gestão eficiente e segura dos recursos?	
CONTROLE INTERNO	
WP – 01 Existe rotina de auditoria ou monitoramento periódico para avaliar a eficácia dos controles internos do setor de estoque?	
-Não há evidências de rotina formal de auditoria interna sobre o estoque.	
Procedimento de auditoria interna operacional adotado: Avaliação do Componente de Monitoramento do COSO, verificando a existência de auditoria interna ou programa formal de auto avaliação dos controles de estoque e reporte de deficiências à gestão	
A.01 - A ausência de monitoramento periódico contribui para a recorrência de falhas e dificulta a correção de desvios.	

Fonte: Elaborado pelas atoras da pesquisa (2025).

Durante a análise dos processos produtivos, constatou-se inconsistência no controle de uso dessa matéria-prima, essencial no processo de recapagem de pneus. A cola cimento é utilizada na fixação de remendos e manchões, assegurando reparos duráveis e de alta qualidade. Sua formulação, composta por resinas e aceleradores de vulcanização a frio, garante a adequada aderência entre as camadas do pneu, sendo, portanto, um insumo de importância crítica para a eficiência operacional.

No setor produtivo, o controle de saída dos materiais é realizado por meio de tablets integrados ao sistema Multisys. Entretanto, verificou-se que o sistema estava parametrizado incorretamente, registrando a aplicação de 0,400 g de cola cimento por pneu, quando a dosagem correta seria de 0,280 g. Considerando uma média diária de 30 a 40 pneus recapados, essa diferença representa um consumo superestimado, impactando diretamente o custo de produção e o saldo de estoque.

O valor médio de um balde de 20 kg de cola cimento é de R\$ 800,00, e a divergência na dosagem registrada pelo sistema gerou distorções significativas nos custos e na apuração contábil da matéria-prima. Com base nesses achados, recomendou-se correção imediata da parametrização no sistema Multisys, bem como o reforço no controle físico e digital do consumo de insumos, garantindo que os registros contábeis reflitam com precisão a realidade operacional da empresa.

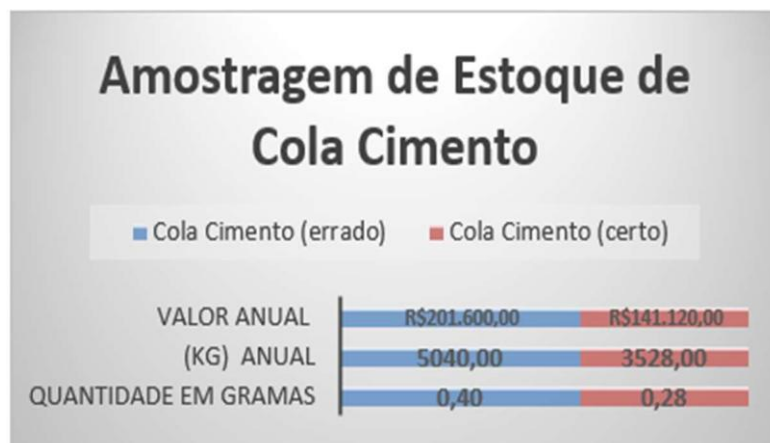
Quadro 2: quantidade em quilo de cola cimento utilizadas, por dia, mensal e anual

QUANTIDADE MENSURADA DE COLA CIMENTO EM DIA, MENSAL E ANUAL					
	QUANT. COLA	QUANT. MÉDIA AO DIA	POR DIA	MENSAL	ANUAL
VALORES DIVERGENTES	0,4	35	1,4	420	5040
ADEQUADO	0,28	35	9,8	294	3528

Fonte: Elaborado pelas autoras da pesquisa (2025)

No quadro 2, demonstra-se a quantidade de cola cimento utilizada ao longo de diferentes períodos: dias, meses e anos. Na primeira linha, são descritos os valores referentes à aplicação correta e incorreta da cola, sendo 0,28 o valor considerado adequado e 0,4 o valor excedente. Na segunda linha, é indicada a média diária de pneus utilizados. As terceira, quarta e quinta linhas apresentam as quantidades de cola cimento expressas em quilogramas, distribuídas conforme os respectivos intervalos de tempo.

Gráfico 3: Quantidade de em valores real estoque:⁴



Fonte: Elaborado pelas autoras da pesquisa (2025)

Considerando a média de 35 pneus por dia e o custo médio de R\$ 800,00 para cada embalagem de 20 kg do produto, verificou-se que a configuração incorreta do sistema resultou em um acréscimo anual de aproximadamente 43% no consumo do insumo, impactando diretamente os custos de produção e a gestão dos estoques. Dessa forma, verifica-se que a configuração incorreta do sistema gera distorções significativas no custo de produção, nas apurações contábeis e nos controles gerenciais de estoque, comprometendo a fidedignidade das demonstrações financeiras e a tomada de decisões estratégicas. Esse tipo de falha, embora originado de um erro de parametrização aparentemente simples, impacta diretamente o registro de consumo das matérias-primas, provocando divergências entre o estoque físico e o contábil e podendo, inclusive, resultar em inconsistências.

Além disso, a superestimação do consumo de cola cimento repercute em aumentos indevidos nos custos de produção, reduzindo a margem de rentabilidade e comprometendo a análise de desempenho operacional. Tal situação evidencia a importância de um controle integrado entre o setor produtivo e o setor contábil, com conferências periódicas e auditorias internas que validem a correspondência entre os dados do sistema e os registros físicos.

⁴**Base cálculo** :1. Cálculo do Consumo Diário (g por dia) Consumo diário = Dosagem por pneu × Média de pneus por dia 2. Diferença de Consumo Diário

Diferença diária = Consumo incorreto – Consumo correto 3. Consumo Mensal e Anual (em gramas e kg)
Mensal = Diferença diária × 30 dias

Anual = Diferença diária × 365 dias4. Percentual de Aumento no Consumo % de aumento =
[(Dosagem incorreta – Dosagem correta) / Dosagem correta] × 1006, Impacto no Estoque Físico
(Ativo Total) Redução no ativo = Diferença anual (kg) × Valor por kg.

4.1 RELATÓRIO E RECOMENDAÇÕES

A.01 - Recomenda-se realizar avaliações periódicas e independentes dos controles internos, por meio de auditoria interna anual conduzida por profissional qualificado, garantindo a detecção de irregularidades, a correção de falhas recorrentes e a promoção de melhorias contínuas nos processos da empresa.

A.02 - Recomenda-se implementar a segregação de funções no processo de controle de estoque, garantindo que as atividades de entrada e saída de mercadorias sejam atribuídas a colaboradores distintos. Essa medida reduz o risco de erros e fraudes, assegura a rastreabilidade das movimentações e fortalece os controles internos da empresa.

A.03 - Recomenda-se desenvolver e implementar um programa de retenção e capacitação contínua dos colaboradores, aliado a políticas de valorização e desenvolvimento profissional, visando reduzir a rotatividade, preservar o conhecimento técnico e histórico operacional e otimizar os custos administrativos.

A.04 - Recomenda-se implementar inventários físicos periódicos (trimestrais ou semestrais) e confrontar os resultados com os registros do sistema, documentando todas as divergências e adotando medidas corretivas para assegurar a confiabilidade dos controles de estoque e das demonstrações financeiras.

A.05 - Recomenda-se à empresa o aprimoramento dos procedimentos de contagem física de estoque, com a finalidade de assegurar maior precisão e confiabilidade nas informações registradas no sistema de controle. Para tanto, sugere-se o planejamento prévio do inventário, com definição de cronograma, responsáveis e suspensão temporária das movimentações durante o processo.

A.06 - Mantenha atualizado o custo médio ou outro método de avaliação (como o custo específico), isso influencia o custo de produção e o resultado contábil da empresa.

A.07 - Recomenda-se formalizar uma política de movimentação e valoração de estoques, definindo claramente o método a ser aplicado (PEPS ou Média Ponderada), e capacitar a equipe contábil para assegurar a aplicação correta, consistente e uniforme desse método.

A.08 - Recomenda-se revisar e corrigir o cadastro completo de produtos, implementando um sistema padronizado de identificação e conferência que assegure a integridade e rastreabilidade das informações de estoque.

A.09 - Recomenda-se implementar controle de validade com relatórios periódicos, adotar rodízio de estoque (PEPS) e realizar inspeção visual periódica dos produtos, garantindo a utilização adequada e a preservação da qualidade.

Os procedimentos de auditoria aplicados foram fundamentados nos critérios definidos pelo Pronunciamento Contábil CPC 16 (NBC TG 16), o qual disciplina os princípios relacionados à mensuração, reconhecimento e divulgação dos estoques nas demonstrações contábeis, além de se apoiar nas demais Leis, Instruções Normativas e Decisões Normativas pertinentes ao tema.

Quadro 4: Achados positivos e negativo do estoque.

Achados positivos	Achados negativos
WP-05- Contagem física feita semanalmente; WP- 06- Controle de custos mensalmente.	WP. 01 - Falta de controle interno anual por um especialista qualificado; WP. 02 - O mesmo colaborador é responsável pela entrada da nota fiscal e saída do estoque; WP. 03- Grande rotatividade de funcionários na área administrativa; WP. 04 - Contagem feita semanalmente; WP. 07 - Ausência de políticas claras de entrada e saída (PEPS/UEPS/Média Ponderada). WP. 08 - Cadastro incorreto ou incompleto de itens; WP. 09 - Produtos vencidos ou fora do prazo de validade

Fonte: Elaborado pelas autoras da pesquisa.

A partir dos achados de auditoria evidenciados ao longo do estudo, foram elaboradas recomendações técnicas direcionadas ao aprimoramento dos controles internos de estoque, com ênfase nas etapas de registro, monitoramento e conciliação dos materiais utilizados no processo de recapagem, conforme demonstrado no Quadro 4.

Com base nos achados de auditoria identificados e nas recomendações técnicas apresentadas, verificou-se que, embora tenham sido constatadas não conformidades relevantes nos controles de estoque, estas não se mostraram generalizadas a ponto de comprometer integralmente a fidedignidade das informações analisadas. Assim, com fundamento na Norma Brasileira de Contabilidade — NBC TA

705, que trata das opiniões modificadas no relatório do auditor independente, optou-se por emitir parecer com ressalvas.

Da conclusão da auditoria pode-se identificar os seguintes pontos positivos e negativos dos controles internos instituídos:

Quadro 5 - Pontos Fortes e Pontos Fracos identificados

Pontos Fortes	Pontos Fracos
- Atuação consolidada e reputação regional com serviços de qualidade e conformidade legal. - Sistema de custeio por absorção e regime tributário de Lucro Real, garantindo apuração adequada de custos. - Almoxarifado realiza contagens periódicas e registra movimentações em sistema informatizado. - Metodologia PEPS aplicada ao controle físico do estoque, reduzindo perdas por vencimento. - Custo médio ponderado utilizado para fins contábeis, oferecendo estabilidade na apuração do CMV.	- Discrepâncias entre estoque físico e sistema, com risco de ruptura ou excesso de insumos. - Ausência de política estruturada de estoque (reposição, organização e descarte de itens). - Erros no controle de consumo de matérias-primas, como dosagem incorreta da cola cimento. - Rotatividade elevada de funcionários, impactando treinamento e conhecimento técnico. - Sistema insuficiente para atender demanda crescente e integração com contabilidade. - Armazenagem inadequada: produtos perecíveis danificados, prateleiras sujas, itens pequenos mal organizados e presença de equipamentos desativados junto ao estoque.

Fonte: Elaborado pelas autoras da pesquisa.

Avaliou-se que, embora a empresa apresente práticas de controle parcialmente estruturadas, ainda foram identificadas fragilidades relevantes nos procedimentos de gestão e registro de estoques. Tais deficiências comprometem a fidedignidade das informações contábeis e podem ocasionar distorções nos resultados e na mensuração patrimonial, impactando a qualidade das decisões gerenciais e a confiabilidade das demonstrações financeiras.

5 Considerações finais

A auditoria interna, conforme evidenciado neste estudo, não se limita a uma função corretiva, voltada apenas à identificação de falhas e irregularidades. Ela assume um papel preventivo e estratégico, atuando como instrumento de gestão capaz de antecipar riscos, fortalecer controles e promover a melhoria contínua dos processos operacionais e contábeis.

A aplicação prática da auditoria interna operacional permitiu resultados concretos e mensuráveis, como a detecção de uma distorção de 43% no consumo de insumos, decorrente de falhas de parametrização no sistema, o que impactava diretamente os custos de produção e a fidedignidade das informações contábeis. Esse achado evidencia a relevância da auditoria como ferramenta essencial para aprimorar a eficiência e a precisão dos registros empresariais.

Além disso, o trabalho contribui significativamente para o fortalecimento da governança corporativa e da transparência organizacional, demonstrando que a adoção de práticas de auditoria interna é viável e benéfica também para pequenas e médias empresas do setor industrial, que buscam aprimorar seus controles, aumentar sua competitividade e garantir a confiabilidade das informações gerenciais.

Essas deficiências refletem diretamente na confiabilidade das informações contábeis, podendo resultar em distorções nos custos de produção, nas demonstrações financeiras e na mensuração do patrimônio da empresa. Observou-se, ainda, que a elevada rotatividade de funcionários impacta negativamente na continuidade operacional, gerando perda de conhecimento técnico e aumento dos custos administrativos.

Apesar das fragilidades identificadas, constatou-se também a existência de boas práticas, como a utilização de sistema informatizado para registro de movimentações, metodologia de custeio por absorção e regime tributário do Lucro Real, que contribuem para uma apuração adequada dos custos e maior transparência nos registros contábeis. Tais aspectos evidenciam o comprometimento da empresa com a conformidade e o aprimoramento de seus processos.

Em consonância com a NBC TA 705, que trata das opiniões modificadas do auditor, concluiu-se pela emissão de parecer com ressalvas, uma vez que, embora as deficiências identificadas sejam relevantes, não se mostraram generalizadas a ponto de comprometer integralmente a fidedignidade das informações contábeis. As recomendações apresentadas têm caráter corretivo e preventivo, visando fortalecer

os controles internos e promover maior eficiência, eficácia e confiabilidade nas operações da empresa.

Entre as principais recomendações destacam-se: implantação de auditoria interna anual conduzida por profissional qualificado; segregação de funções no controle de estoque; realização de inventários físicos periódicos; revisão dos cadastros e parametrizações do sistema; elaboração de política formal de movimentação e valoração de estoques; implantação de controle de validade e rodízio de materiais; além de programas de capacitação e retenção de colaboradores. Essas medidas, quando aplicadas, tendem a reduzir o risco de erros e fraudes, melhorar a rastreabilidade das operações e aumentar a credibilidade das informações financeiras.

Outrossim, os resultados obtidos, confirma-se a hipótese inicial de que os controles internos de estoque da recapadora de pneus são insuficientes para representar integralmente a realidade operacional e contábil da empresa. O estudo demonstra a importância da auditoria interna como instrumento de gestão, capaz de identificar falhas, propor melhorias e assegurar a conformidade das informações que subsidiam a tomada de decisão.

Destaca-se, ainda, que o trabalho foi formalmente apresentado à empresa, oferecendo oportunidades de aprimoramento das inconformidades identificadas durante os procedimentos de auditoria, reforçando o compromisso com a transparência, a conformidade e a busca contínua por eficiência nos processos internos.

Por fim, ressalta-se que esta pesquisa contribuiu não apenas para a empresa auditada, oferecendo subsídios técnicos para o aperfeiçoamento de seus controles internos, mas também para a formação profissional das discentes envolvidas, ao possibilitar a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso de Ciências Contábeis, especialmente nas áreas de Contabilidade, Auditoria, Análise e Controle Interno.

6 REFERÊNCIAS

ATTIE, William. **Auditoria Conceitos e Aplicações**, 7ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TI 01 - Da Auditoria Interna. 21 de novembro de 2003. Disponível em: <www.cfc.org.br> Acesso em: 18.11.2020

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TG 16 (R1) – Estoques, aprovada pela Resolução CFC nº 1.183/2009 e atualizada até a Deliberação CVM nº 575, de 11 de dezembro de 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TI – Normas Técnicas da Auditoria (2003).

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TA 300 – Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <https://www.cfc.org.br>. Acesso em: [coloque a data de acesso].

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TA 315 – Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <https://www.cfc.org.br>. Acesso em: [coloque a data de acesso].

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TA 330 – Resposta aos Riscos Avaliados. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <https://www.cfc.org.br>. Acesso em: [coloque a data de acesso].

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) NBC TA 500 – Evidência de Auditoria. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <https://www.cfc.org.br>.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <https://www.cfc.org.br>.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente. Brasília: CFC, 2020.

CREPALDI, Silvio A.; CREPALDI, Guilherme S. Auditoria Contábil: **Teoria e Prática.**

12. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7ª. ed. Barueri: Atlas, 2022. GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; BREWER, Peter C. **Contabilidade Gerencial**. 18. ed. Porto Alegre: Bookman, 2025

LUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial - Da Teoria à Prática**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2020.

LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 2021. MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. **História Mundial da Contabilidade: com ênfase na história dos contadores brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2023.

RIBEIRO, Osni M.; COELHO, Juliana Moura R. **Auditoria. (Série em foco)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2023.